

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DAS ESCOLAS DE ESMORIZ / OVAR NORTE

REGULAMENTO ELEITORAL para os membros do CONSELHO GERAL

No cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho, e no Regulamento Interno, estabelecem-se as regras do Processo Eleitoral para o Conselho Geral conforme descrito nos artigos seguintes.

CAPÍTULO I

Dos princípios gerais

Artigo 1º.

Assembleia eleitoral

1. Os membros do Conselho Geral são eleitos em Assembleia Eleitoral, constituída por todos os elementos que estejam em pleno gozo dos seus direitos nos termos da lei e regulamentos que os abranjam.
2. Os membros do Conselho Geral são eleitos em Assembleia Eleitoral por sufrágio secreto e presencial.
3. Os representantes dos alunos, maiores de 16 anos de idade e do ensino secundário (nos termos do ponto 5. do artigo 9.º, do ponto 1. do artigo 12º e do ponto 2. do artigo 15.º do Regulamento Interno), do pessoal docente e pessoal não docente, no Conselho Geral, candidatam-se à eleição apresentando-se em listas separadas e são eleitos separadamente pelos respetivos corpos.
4. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
5. O processo eleitoral a que aludem os números anteriores rege-se pelo disposto no Capítulo II do presente Regulamento Eleitoral.

CAPÍTULO II

Da eleição dos membros do Conselho Geral

Artigo 2º.

Organização do processo eleitoral

1. A organização do processo eleitoral compete ao Conselho Geral do Agrupamento que cooptará os elementos tidos como convenientes e necessários para levar a efeito todo o processo, constituindo-se em Mesa da Assembleia Geral, assumindo o Presidente daquele órgão a qualidade de presidente desta.
2. A Mesa da Assembleia Geral deve nomeadamente:
 - a. Marcar a data das eleições.
 - b. Convocar a Assembleia Geral Eleitoral.
 - c. Diligenciar no sentido de obter os cadernos eleitorais devidamente organizados e facultados pela Diretora do Agrupamento.
 - d. Apreçar as reclamações relativas aos cadernos eleitorais.
 - e. Receber as candidaturas e verificar a sua regularidade.



- f. Deliberar sobre o horário de funcionamento da Assembleia Eleitoral, localização das Mesas de Voto e modelo e cores dos Boletins de Voto.
- g. Regular o ato eleitoral.

Artigo 3º.

Convocatória do ato eleitoral

1. A convocação da Assembleia Eleitoral é feita por meio de uma convocatória a afixar no *site* e estabelecimentos de ensino do agrupamento.
2. A convocatória menciona obrigatoriamente o dia, os locais, o horário e o objectivo da votação.

Artigo 4º

Cadernos eleitorais

1. Os cadernos eleitorais são divulgados pelos meios considerados adequados e afixados nas Bibliotecas dos estabelecimentos de ensino do agrupamento e estarão ainda disponíveis nos Serviços de Administração Escolar na escola-sede do agrupamento.
2. No prazo de dois dias, após a afixação dos cadernos eleitorais, os interessados podem reclamar para a Mesa da Assembleia-Geral, do teor dos mesmos, com fundamento em omissão ou inscrição indevida.
3. A reclamação é decidida no prazo de dois dias.

Artigo 5º.

Candidaturas

1. A apresentação das candidaturas formaliza-se com a sua entrega nos Serviços de Administração Escolar, na escola-sede do agrupamento, que procede à conveniente entrada e chancela, e consiste:
 - a. da lista, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por cada candidato e subscrita, nos termos deste artigo, pelos proponentes;
 - b. da indicação do seu representante na Comissão Eleitoral.
2. As listas concorrentes ao ato eleitoral devem conter a indicação dos candidatos a membros efectivos, em número igual ao dos respetivos representantes no Conselho Geral, bem como dos candidatos a membros suplentes, em igual número ao de candidatos a efetivos.
3. Os candidatos serão identificados pelo nome completo, número do documento pessoal de identificação de cidadão e designação do estabelecimento de ensino do agrupamento em que frequenta.
4. Cada candidato só pode apresentar-se numa lista de candidatura.
5. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
6. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
7. As listas de candidatura dos alunos, maiores de 16 anos de idade e do ensino secundário (nos termos do ponto 5. do artigo 9.º, do ponto 1. do artigo 12º e do ponto 2. do artigo 15.º do Regulamento Interno) são subscritas pelo menos por vinte alunos eleitores, ou seja, que frequentam o ensino secundário (nos termos do ponto 5. do artigo 15.º do Regulamento interno).
8. Os proponentes da candidatura serão identificados pelo nome completo legível, assinatura e estabelecimento de ensino do agrupamento em que desempenha funções (considerando a maioria ou maior parte do seu horário de trabalho).



9. O representante de cada lista candidata é o responsável pela candidatura, devendo fornecer à Mesa da Assembleia Geral, no ato da entrega da lista referido no ponto 1. deste artigo, os elementos necessários para ser localizado rapidamente, sendo através dele que a Mesa da Assembleia Geral comunicará com a lista respetiva.
10. As listas dos candidatos concorrentes às eleições serão entregues nos Serviços de Administração Escolar, na escola-sede, até às 16 horas e 30 minutos do 5.º dia útil anterior à data das eleições, sendo que, para a contagem deste prazo, são nulos os dias necessários ao cumprimento dos pontos 2. e 3. do artigo 7.º.

Artigo 6º.

Inelegibilidade

1. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
2. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
3. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
4. Não podem ser eleitos os alunos a quem seja ou tenha sido aplicada, nos últimos dois anos escolares, medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou sejam ou tenham sido no mesmo período excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos por excesso de faltas.

Artigo 7º.

Aceitação das candidaturas

1. A Mesa da Assembleia-Geral verificará a regularidade das candidaturas.
2. Com vista ao suprimento de irregularidades de forma encontradas, toda a documentação será devolvida ao responsável pela candidatura da lista, mediante termo de entrega, com indicação escrita das irregularidades, o qual terá de saná-las no prazo de 24 horas.
3. Findo o prazo referido no número anterior, a Mesa da Assembleia-Geral decidirá de imediato pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.
4. A cada uma das listas corresponderá uma letra do alfabeto por ordem da sua entrega nos Serviços de Administração Escolar do agrupamento na escola sede.
5. Serão afixadas cópias das listas de candidatura concorrentes às eleições, devidamente autenticadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em locais de estilo dos estabelecimentos de ensino do agrupamento, com antecedência mínima de três dias úteis em relação ao ato eleitoral.

Artigo 8º

Comissão Eleitoral

1. Será constituída uma Comissão Eleitoral, composta por três representantes da Mesa da Assembleia Geral, sendo um deles o Presidente da comissão eleitoral, e pelo representante de cada uma das listas concorrentes e definitivamente aceites.
2. Compete à Comissão Eleitoral:
 - a. Assegurar a legalidade e a regularidade do ato eleitoral;
 - b. Organizar as Mesas de Voto;
 - c. Promover a edição dos Boletins de Voto;
 - d. Decidir as questões suscitadas no decurso do processo eleitoral;

- e. Decidir das reclamações oportunamente apresentadas;
- f. Proceder ao apuramento final dos resultados da votação das listas de candidatura eleitas e elaborar a respetiva ata a enviar à Mesa da Assembleia-Geral;
- g. A Comissão Eleitoral inicia as suas funções após o termo do prazo referido no número 3. do artigo 7º e cessa as suas funções após a conclusão do processo eleitoral.

Artigo 9º.

Mesas de voto

1. A votação decorrerá numa secção eleitoral, havendo uma Mesa de Voto em espaço a definir pela Mesa da Assembleia-Geral, na escola-sede, a Secundária de Esmoriz.
2. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
3. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
4. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral convoca uma assembleia geral dos representantes dos alunos do ensino secundário, os delegados e subdelegados de turma, para, por eleição universal e secreta, elegerem os elementos que entrarão na composição da Mesa de Voto na escola em que os alunos votem.
5. Para além do Presidente e Vice-presidente, o elenco da Mesa de Voto completa-se com mais três Vogais, sendo que dois destes serão alunos na escola em que o corpo eleitoral discente exerça o seu direito de votar, num total de cinco elementos por cada Mesa de Voto.
6. Um dos Vogais, escolhido pelos membros da Mesa de Voto, desempenha a função de Secretário.
7. Os membros da Mesa da Assembleia-Geral e da Comissão Eleitoral são inelegíveis para as Mesas de Voto.
8. Cada uma das listas designa um representante (delegado) e um suplente, devidamente credenciados, para fazerem parte da Mesa de Voto.
9. Dos cinco elementos referidos no ponto 5. deste artigo, as Mesas de Voto devem manter sempre, pelo menos, três elementos, sendo um deles, obrigatoriamente, o presidente ou o vice-presidente.
10. Às Mesas de Voto compete dirigir o processo eleitoral.
11. Compete às Mesas de Voto pronunciarem-se sobre qualquer reclamação apresentada no decorrer da votação, sendo a sua deliberação tomada por maioria simples dos seus membros presentes.
12. De tudo o que se passar em cada Mesa de Voto é lavrada uma ata que, depois de aprovada pelos membros da Mesa, é por eles assinada no final e rubricada nas restantes folhas.

Artigo 10º

Boletins de Voto

1. *Não se aplica a este ato eleitoral.*
2. Os Boletins de Voto são impressos em papel liso, não transparente e incluirão a letra identificativa da candidatura à frente da qual se inscreverá um quadrado para indicação do voto.



3. Em cada Boletim de Voto serão impressas as letras identificativas de cada lista concorrente, nos termos do ponto 4., do artigo 7º., do presente regulamento.
4. Os Boletins de Voto estarão à disposição dos eleitores, junto das Mesas Eleitorais.

Artigo 11º.

Votação

1. O voto é direto e secreto.
2. A identificação dos eleitores será feita através do cartão pessoal de estabelecimento de ensino do agrupamento, ou por meio do documento pessoal de identificação de cidadão, ou outro documento de identificação idóneo com fotografia, ou pelo devido e inequívoco reconhecimento de pelo menos dois dos membros da Mesa de Voto.
3. Identificado o eleitor, este receberá das mãos do presidente da Mesa o Boletim de Voto e os vogais procedem à descarga nos cadernos eleitorais.
4. Deve o eleitor, em local afastado da Mesa, assinalar com uma cruz o quadrado respetivo da lista em que vota e dobrar o Boletim em quatro e introduzi-lo na urna.
5. A entrega do Boletim de Voto sem qualquer preenchimento significa voto em branco, a sua inutilização por qualquer forma implica a nulidade do voto.

Artigo 12º.

Abertura e fecho das Mesas de Voto

1. O horário de funcionamento das Mesas de Voto será atempadamente definido pela Mesa da Assembleia Geral, conforme determina a alínea f), do ponto 2. do artigo 2º.
2. Logo que a votação tenha terminado, a Mesa de Voto procede à contagem dos votos e à elaboração da ata, com os resultados, dando conhecimento de tudo quanto for devido, de acordo com os pontos 11. e 12., do Artigo 9º, e remete os Boletins de Voto, Atas e outra eventual documentação tida por conveniente à Comissão Eleitoral.

Artigo 13º.

Publicitação dos resultados

1. Após a receção das atas, Boletins de Voto e, eventualmente, outra documentação, na sequência do enunciado no ponto dois do Artigo anterior, a Comissão Eleitoral dá cumprimento ao previsto na alínea f) do Artigo 8º:
 - a) confirmando os resultados;
 - b) dando dos mesmos público conhecimento, afixando-os nos locais da realização do ato eleitoral, nos locais de estilo dos estabelecimentos de ensino e na página eletrónica do agrupamento; e
 - c) elaborando a(s) conveniente(s) ata(s) que enviará à Mesa da Assembleia Geral, acompanhada(s) dos Boletins de Voto em envelope lacrado.

Artigo 14º.

Recursos

1. Pode ser interposto recurso, com fundamento em irregularidades do ato eleitoral, o qual deverá ser apresentado à Mesa da Assembleia-Geral até dois dias após a afixação dos resultados.
2. A Mesa da Assembleia-Geral deverá apreciar o recurso no prazo de 48 horas, sendo a decisão comunicada aos concorrentes, por escrito, e afixada na escola-sede do agrupamento.

Artigo 15º.**Conversão de votos em mandatos**

A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

CAPITULO III**Artigo 16º.****Disposições finais****Posse dos órgãos**

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, ou seu representante, conferirá posse aos elementos eleitos no prazo de sete dias, após a afixação dos resultados, ou no caso de recurso, a posse será conferida no prazo de cinco dias após a tomada da decisão final.

De acordo com o aprovado pelo Conselho Geral
do Agrupamento de Escolas das Escolas de Esmoriz / Ovar Norte, em 22 de julho de 2015,
e ratificado em reunião do mesmo órgão em 24 de julho de 2018

O Presidente do Conselho Geral
do Agrupamento de Escolas das Escolas de Esmoriz / Ovar Norte, em 24 de julho de 2018

Rogério de Oliveira Pinto
(P. Q. do Grupo 300)